



Em busca de si: construindo agência e autonomia feminina em contextos de pobreza

Silvana Mariano¹; Lina Penati Ferreira²; Márcia Tavares³

Resumo

O objetivo deste trabalho é propor recursos teóricos e conceituais úteis para compreender formas de agência e de autonomia feminina entre mulheres pobres e negras, moradoras de grandes centros urbanos no Brasil. Em seu desenvolvimento, realizamos escolhas teórico-conceituais do feminismo, da sociologia do sujeito e da sociologia da agência e as mobilizamos no desafio de interpretar sociologicamente a trajetória de Rosa, mulher negra, de 67 anos, residente em Belém/Pará, beneficiária do Bolsa Família. Com uma descrição densa da narrativa de Rosa, interessa-nos apreender as interações entre as limitações que constroem a ação e as oportunidades que resultam na busca de realizar seus próprios interesses. Buscamos com isso localizar em sua narrativa a rede de solidariedade na qual se ancora e fortalece a tessitura de escolhas, agenciamentos e oportunidades, ao mesmo tempo em que a impulsiona a driblar obstáculos.

Palavras-chaves: autonomia feminina; agenciamento; pobreza; mulheres negras

¹ Universidade Estadual de Londrina, doutorada em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, silvanamariano@yahoo.com.br

² Universidade de São Paulo, doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo, linapenati@gmail.com

³ Universidade Federal da Bahia, doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, marciatavares1@gmail.com

In search of yourself: building agency for female autonomy in the context of poverty

Abstract

The objective of this work is to understand the forms of agency of poor and black women, residents of large urban centers in Brazil and beneficiaries of the Bolsa Família Program. In these agencies, we are interested in understanding the interactions between the limitations that constrain the action and the opportunities that result in the pursuit of realizing their own interests. Thus, we rely on sociological theories that seek to equate the relationship between structure and agency, in the approach to capacities, and in contributions from black feminism that help us traverse the trajectory of Rosa, a 67-year-old black woman, resident in Belém / Pará, beneficiary of Bolsa Família. With this, we seek to locate in its narrative the solidarity network in which it is anchored and strengthens the fabric of choices, agencies and opportunities, at the same time that it impels it to circumvent obstacles.

Keywords: female autonomy; agency; poverty; black women

Introdução

As teorias sociológicas e feministas têm explorado meios de explicar e compreender as condições de ação dos indivíduos. A análise situacional e, conseqüentemente, a valorização do contexto, são estratégias cruciais para desvelar a capacidade de ação dos indivíduos, condicionada por um conjunto de fatores estruturais, subjetivos e institucionais atravessados pelas condições de gênero, de classe e de raça, entre outros fatores que conformam cada contexto.

Pode causar estranhamento utilizarmos teorias feministas para compreender as experiências de mulheres brasileiras em situação de pobreza urbana e, no entanto, iniciarmos a empreitada recorrendo a Alain Touraine (2007 e 2009) e Touraine e Farhad Khosrokhavar (2004) para dar o título a este *paper*. Fazemos isso por duas razões. Em primeiro lugar, porque queremos nos beneficiar das aproximações entre teorias sociológicas e teorias feministas. Partindo do nosso lugar disciplinar, é a Sociologia quem primeiro nos oferece as explicações e

as chaves interpretativas sobre as relações sociais concretas. As teorias feministas surgiram como opção produtiva para questionar e desconstruir os cânones sociológicos e para reelaborar estruturas epistemológicas, teóricas e metodológicas para conhecer o mundo social. Teorizações sobre indivíduo, sujeito e agência foram fartamente beneficiadas pelas contribuições das feministas. Alain Touraine foi um dos sociólogos que prestou certa atenção às teorias feministas (Mariano, 2008). Portanto, nossa segunda razão é o fato de que a sociologia do sujeito de Touraine é, em parte, tributária de debates sobre o sujeito no campo da sociologia em que as teorias feministas intercederam.

Stuart Hall (2006) também destaca a relevância dos feminismos para a discussão do sujeito na teoria social. Para o autor, ao elaborar uma crítica consistente ao binarismo público e privado; ao trazer novos temas para o debate político (família, sexualidade, trabalho doméstico, divisão do trabalho etc.); ao criar o debate sobre a formação das identidades sexuais e de gênero; e ao questionar a noção abstrata de Humanidade a partir da diferença sexual, o feminismo qualificou o debate sobre identidade e sujeito na teoria social (HALL, 2006). Donna Haraway (2004) aponta a relevância da desconstrução da “coerência dominadora” do sujeito, argumentação reforçada e reformulada através das contribuições do feminismo negro e da necessidade de racialização das teorias e práticas sociológicas (COLLINS, 2019; hooks, 2015).

Diferentes abordagens feministas criticam a noção corrente, fruto do pensamento político liberal, que define autonomia como capacidade dos indivíduos de exercerem suas preferências (BIROLI, 2012). Nesse sentido, dentre outros temas, elas questionam em quais condições os indivíduos exercem essas preferências. As desigualdades de acesso às oportunidades e à distribuição de riqueza indicam a probabilidade de condições muito assimétricas a depender do grupo social a que o indivíduo pertence. Ademais, essas abordagens questionam a própria formação das preferências, suscetíveis a um

rebaixamento da noção de bem-estar em grupos que sofrem desvantagens na distribuição dos bens sociais, como as mulheres (NUSSBAUM, 2002). Sujeito, agência, autonomia e preferências são conceitos produzidos em contextos diversos do Brasil e dos grandes bolsões de pobreza. Todavia, reputamos que esses conceitos, ponderados com abordagens feministas situadas, são úteis para visibilizar a capacidade de ação e de resistência de mulheres pobres vivendo em centros urbanos. Ao reunir e mobilizar esse repertório teórico e conceitual, o objetivo deste trabalho é compreender a agência e a autonomia femininas entre mulheres pobres e negras, moradoras de grandes centros urbanos no Brasil. Para isso, selecionamos um caso que consideramos ilustrativo e produtivo, com base na narrativa de Rosa⁴. Negra, pobre e com 67 anos, Rosa é moradora de Belém, Pará. A partir da sua trajetória, podemos apreender a relação entre estruturas de oportunidades e agenciamentos, explorando não apenas a ação do sujeito, mas os processos de escolha, as reflexões e as concepções mobilizadas por ela frente aos obstáculos e às possibilidades que permearam sua biografia.

Para o desenvolvimento deste *paper*, discutimos as concepções de autonomia e de agência, considerando perspectivas feministas e, após, construímos um ensaio de retrato sociológico com biografia de Rosa. Ao reconstruir sua narrativa, identificamos as experiências chave para a compreensão de como a busca por autonomia, por um tipo de autodefinição, é permeada por constrangimentos generificados e racializados, mas também por agenciamentos e por reflexividade. Acompanhando essa trajetória, compreendemos como os fatores culturais e econômicos se interconectam na configuração das barreiras como também das oportunidades com as quais Rosa se deparou e se confrontou ao longo da vida.

⁴ Rosa é uma dentre 97 mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família entrevistadas em 6 capitais brasileiras no ano de 2018. O nome Rosa é fictício.

Autonomia em contextos de privação

Ao caracterizar o contexto social da pobreza, é incontornável que nos deparemos com a necessidade de fazer escolhas quanto à conceituação de pobreza. Há diversas formas de conceituar e mensurar a pobreza. Podemos entendê-la como restrição de um mínimo para suprir as necessidades básicas humanas (absoluta), ou como escassez daquilo que está dado para a maioria da população (relativa), ou, ainda, em referência a um sentimento de insuficiência na realização de certos desejos (subjativa). Apesar das especificidades, o que essas diferentes concepções incluem é a noção de que a pobreza “refere-se a algum tipo de privação, que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis de uma pessoa ou família” (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006, p. 79).

No que diz respeito à mensuração, o debate opõe as definições que acentuam o aspecto econômico (renda) àquelas que tratam de múltiplos aspectos (multidimensional). Dentre as abordagens que versam sobre a pobreza de forma multidimensional, destaca-se a abordagem das capacidades (SEN, 2012; NUSSBAUM, 2002). Essa concepção diverge tanto das perspectivas que enfatizam o aspecto econômico como das que priorizam apenas um aspecto não-econômico (a educação, por exemplo). Portanto, ao utilizar a noção de capacidades, essa abordagem propõe o entendimento de que a pobreza é um conjunto de privações que impede um indivíduo de ter, na gramática da teoria, uma “boa vida”. Nesse sentido, a abordagem defende que ainda que garantir rendimentos seja relevante para o combate à pobreza, é necessário considerar as condições reais que os indivíduos têm para gerar e para escolher como utilizar essa renda (aspectos que envolvem desde a nutrição até a participação política).

A importância da renda para a autonomia das mulheres é tema de relativo consenso acadêmico e político, a despeito de algumas controvérsias entre feministas de diferentes orientações teóricas. As divergências ocorrem a depender do modo como é considerada a relação entre opressão e autonomia. Análises desenvolvidas pelo

feminismo negro e pelo feminismo decolonial contribuíram para o entendimento de que esta não pode ser tratada como uma relação de oposição (hooks, 1995, 2015; LUGONES, 2014). Por outro lado, o relativo consenso sobre a importância da renda é ampliado com as indicações de forte correlação entre desigualdades de gênero e pobreza, bem como diante da constatação de que as desigualdades entre os sexos são um fenômeno global (NUSSBAUM, 2002) que afeta o desenvolvimento humano (PNUD, 2010). O cruzamento das agendas sobre gênero e pobreza e gênero e desenvolvimento humano fortalece esse relativo consenso.

Na esteira dessas discussões, deparamo-nos também com as relações estabelecidas entre autonomia feminina e as políticas de transferência de renda que foram disseminadas pela América Latina desde a década de 1990 como principal política de combate à pobreza desses países. Essas políticas são concebidas, em certas perspectivas, como a principal estratégia para obtenção de renda entre as mulheres em situação de pobreza, especialmente aquelas encarregadas das responsabilidades com crianças e adolescentes. Para parte da literatura, essas políticas favorecem o acesso a ganhos econômicos e simbólicos que ultrapassam o valor monetário recebido do Programa, contribuindo para redução da dependência feminina à renda masculina. Já outra parte da literatura evidencia as limitações dos enfoques familistas e maternalistas que tomam as mulheres em um sentido instrumental nessas políticas (SACCHET, MARIANO e CARLOTO, 2020).

De acordo com literatura que se foca nas análises feministas dessas experiências, entre as características comuns aos programas de transferência de renda latino-americanos destacam-se: i) a focalização; ii) o direcionamento do benefício às famílias; iii) a prioridade da transferência do recurso às mulheres; e, iv) a exigência de condicionalidades (FONSECA e ROQUETE, 2018).

Enquanto a sociologia tendeu a evitar as dimensões culturais nos estudos sobre a pobreza, as políticas públicas não dispensaram o

uso de referenciais culturais, sobretudo as políticas de combate à pobreza. No contexto brasileiro, a exemplo do que se encontra na América Latina (BAYÓN, 2013) e nos EUA (SMALL, HARDING e LAMONT, 2011), frequentemente o combate à pobreza se apoia em expectativas governamentais em torno de mudanças dos padrões de comportamento da população em situação de pobreza, assumindo um desenho paternalista e moralista⁵.

Mariano (2013), ao investigar os micropoderes nas interações cotidianas entre assistentes sociais e beneficiárias do Programa Bolsa Família, revela a constituição dessas mulheres como sujeitos na prática da política, em divergência com perspectivas que, sendo paternalistas, tomam-nas como objetos e não sujeitos da política de assistência. Valores, comportamentos e narrativas das mulheres em situação de pobreza são mobilizados por Mariano (2013) para desvendar o modo como os sujeitos processam o uso das regras e constroem relações hierárquicas, de cooperação e de conflito. Esse processo revela o que Giddens (2009) denominou como “dialética do controle”, isto é, todas as formas de dependência oferecem recursos por meio dos quais aqueles que são subordinados podem influenciar nas atividades de seus superiores. Não se trata apenas de acentuar a resistência de quem está na posição de dominado ou subordinado, mas, para além disso, perceber igualmente a capacidade da pessoa subordinada interferir no curso da ação de quem exerce a dominação.

A autonomia como forma de agenciamento

Vera Soares (2011, p. 281) definiu a autonomia das mulheres como “a capacidade de tomar decisões livres e informadas sobre sua própria vida, de maneira a poder ser e fazer em função de suas próprias aspirações e desejos, num determinado contexto histórico”. Nesse entendimento, há três esferas fundamentais da autonomia: a física, a econômica e a de decisões (SOARES, 2011). Formulando a

⁵ Ver, por exemplo, Bayón (2013), sobre o programa Oportunidade, no México.

questão em outros termos, interessada na abordagem das capacidades e nos desafios para o desenvolvimento humano, Nussbaum (2002) considera os aspectos econômicos, institucionais e emocionais como fundamentais para a autonomia das mulheres. Pelo legado histórico das experiências das mulheres e dos estudos sobre sua participação no mundo do trabalho, filiamo-nos àquelas interpretações, comuns a essas autoras, de que a autonomia econômica não é suficiente, porém, é fundamental para o empoderamento das mulheres.

Esta visão envolve dois entendimentos cruciais para nosso argumento: a condição social das mulheres deve ser analisada nas interdependências entre as esferas pública e privada, considerando, por exemplo, as combinações entre Estado, mercado e família; as desigualdades entre homens e mulheres não universalizam as experiências das mulheres, cuja análise e enfrentamento refletem a trama diversa de assimetrias sociais, notadamente gênero, classe e raça.

A abordagem das capacidades (NUSSBAUM, 2002; SEN, 2009) contribui para um olhar mais atento sobre o contexto material e simbólico das mulheres pobres e vincula o tema da autonomia das mulheres ao tema do desenvolvimento humano. Considerando a constatação de que as desigualdades entre os sexos são um fenômeno global, bem como as indicações das fortes correlações entre desigualdades de gênero e pobreza (UNDP, 1995), Nussbaum (2002) incita que o pensamento político e econômico internacional deve ser feminista. Não se pode ignorar os problemas enfrentados pelas mulheres em quase todas as nações do mundo devido à sua condição de sexo, caso se pretenda enfrentar acertadamente os temas da pobreza e do desenvolvimento humano.

A asserção de Nussbaum é importante neste contexto porque, historicamente, a relação das mulheres com o Estado envolve o deslizamento entre mulher e maternidade, o que caracteriza também o caso brasileiro. Enquanto os homens adentram o espaço público com o *status* de indivíduo, cidadão e trabalhador (todas qualidades da esfera

pública), as mulheres frequentemente são incluídas a partir de questões do mundo doméstico, associadas às tarefas de reprodução, o que lhe confere estatuto político inferior. O direito social, expresso nos sistemas de proteção social, caracteriza o modo ambíguo de conceber a cidadania das mulheres no Brasil. As misturas entre direito e favor, entre direito e obrigação e a fixação da mulher à maternidade definem os contornos desta cidadania fragilizada e sexuada (MARIANO, 2009).

A autonomia é um fenômeno social relacional, isto é, será sempre relativa. Sua extensão depende de complexa trama sociológica na qual, resumidamente, operam construções sociais e capacidade de agência do indivíduo. Para Margareth Archer (2000, p. 52), “o problema central ao se teorizar sobre agência diz respeito a como conceituar o agente humano como alguém que é parcialmente formado por sua socialidade (*sociality*), mas que também tem a capacidade de transformar parcialmente sua sociedade”. A abordagem dessas questões, da perspectiva feminista que adotamos, deve acontecer levando-se em consideração os contextos material e simbólico em que os agentes atuam.

Nesse sentido, quando tratamos da agência e das capacidades de mulheres pobres e negras que vivem nos grandes centros urbanos do Brasil, tratamos também de como elas são circunscritas pelas desigualdades de gênero, de raça e de classe, dentre outras, que conformam suas experiências. Para explicar o que chama de agentes imperfeitas, Flávia Biroli (2012) destaca dois processos que aqui também nos parecem importantes para a compreensão da relação entre autonomia, agência e capacidades: i) as estruturas de dominação e de opressão restringem as oportunidades e as capacidades dos indivíduos; ii) e, além disso, indivíduos são socializados e internalizam essas estruturas de opressão, por vezes, agenciando mecanismos de reprodução da subordinação.

Reconhecer essas condições não significa negar a capacidade e a agência de sujeitos que foram considerados em determinadas análises como subalternizados em sistemas de opressão. De outro

modo, significa reconhecer a capacidade e a agência mesmo em contextos desfavoráveis. O feminismo negro tem sido uma interlocução importante para esse debate. Patricia Hill Collins (2016) argumenta que pouca atenção tem sido dada à relação entre estruturas de oportunidades e escolhas das mulheres negras. Para a autora, análises que centrem no âmbito cultural das experiências vividas pelas mulheres negras podem revelar os encaixes e desencaixes da relação entre opressão, consciência e ativismo.

Collins (2016) destaca a necessidade de as análises darem mais atenção ao âmbito da consciência. Segundo a autora, “a consciência das mulheres negras – a sua perspectiva analítica, emocional e ética de si mesmas e do seu lugar na sociedade – torna-se uma parte crítica da relação entre o mecanismo da opressão e a ação das mulheres negras” (COLLINS, 2016, p. 115). O foco na reflexividade dos agentes (GIDDENS, 2009; ARCHER, 2000) é importante para compreendermos suas ações, bem como, suas escolhas, desejos, preferências e concepções. Além disso, considerar as reflexividades das mulheres negras é pressupor sua condição de sujeito. Como argumenta Collins (2016), é considerar sua condição humana, tantas vezes negada.

Rosa e a busca de si

A entrevista com Rosa, de 67 anos, aconteceu em Belém em uma central de atendimento do Cadastro Único, no primeiro semestre de 2018. A entrevista durou aproximadamente 80 minutos. Rosa tinha uma necessidade insaciável de contar sua história⁶ e conduziu o rumo da entrevista quase o tempo inteiro. Ela queria ser ouvida. Respondia brevemente o que a entrevistadora perguntava de modo direto e voltava à sua narrativa, conforme o percurso que ela própria definia. Na maior parte tempo, Rosa retratou sua vida como uma história de superação e de conquistas, frutos de seu esforço e determinação, mas

⁶ Sobre a necessidade de falar sobre si e a gratidão por encontrar alguém que as ouça, ver, por exemplo, Tavares (2010).

também destacou momentos cruciais de sua trajetória nos quais ela contou com a ajuda de diferentes pessoas. Em alguns momentos essas ajudas envolveram quebrar as regras, pois essas eram sempre em desfavor de Rosa. Trata-se da “dialética do controle” (GIDDENS, 2009), quando a pessoa submetida às normas exerce agência em favor de seus interesses e percepções.

Rosa nasceu em uma comunidade ribeirinha do Pará, onde viveu até aproximadamente 24 anos de idade, quando se mudou para Belém. Ao longo da entrevista, enfatizou os dramas e os traumas com a mãe, desde sua infância. Sua mãe se casou com um homem que a maltratava e ela o deixou quando estava grávida da Rosa. Ela rejeitou a menina que foi criada pelos avós até os 7 anos de idade, quando o avô, doente, levou-a para sua mãe. O avô morreria no dia seguinte. A vida de Rosa a partir daí se tornaria muito dura. A mãe tinha duas meninas pequenas e Rosa se tornou a cuidadora das irmãs menores, passando, portanto, por um processo precoce de adultização, ao assumir o cuidado com as crianças mais novas e os afazeres domésticos, o que é bastante comum em famílias pobres e chefiadas por mulheres⁷.

Ainda sobre a infância, Rosa relatou o trabalho desde os 7 anos de idade no plantio de mandioca e produção de farinha de mandioca. Falou da escassez de comida e de todos os tipos de produtos: dormia em redes bem desgastadas; roupas e calcinhas eram produzidas com o tecido de sacos de açúcar; as refeições eram feitas em cuia; quando compravam enlatados, as latas eram aproveitadas como utensílios de cozinha. Entre 11 e 12 anos, ainda morando com a mãe, Rosa passou a administrar sua própria roça, após separar um pedaço da terra que ficaria para seu uso no tempo que lhe restava após trabalhar na roça da

⁷ Ver, por exemplo, Saffioti (1997), que ao estudar o processo de socialização de meninas e meninos das classes populares, observa que desde muito pequenas, as meninas são introduzidas nos afazeres domésticos e cuidados dos irmãos menores, tornando-se jovens mulherzinhas, com muito pouco tempo para viver a infância, ao contrário dos meninos, que ganham a rua e, entre jogos e brincadeiras, supostamente aprendem a enfrentar os desafios que irão encontrar quando adultos.

mãe. Desde essa idade, Rosa assumiu a responsabilidade por seus próprios gastos. As transações econômicas eram realizadas por escambo, isto é, Rosa trocava farinha de mandioca por outros itens alimentícios, roupas, calçados e utensílios domésticos.

De acordo com Carneiro (1981) e Marin (2018), nas unidades agrícolas familiares, o trabalho exercido por crianças tem um importante papel educativo e de disciplinamento no processo de socialização das novas gerações, ao mesmo tempo em que se constitui em estratégia para complemento da força de trabalho nas atividades agrícolas e domésticas. Talvez por isso, sob a perspectiva dos agricultores familiares, o trabalho infanto-juvenil não seja interpretado como exploração, mas sim classificado pelos membros do grupo familiar enquanto mera “ajuda”. Podemos inferir, portanto, que para Rosa a atividade agrícola enquanto é realizada na roça da mãe se configura como “ajuda”, o que difere legal e sociologicamente do que se estabelece como trabalho assalariado, objetivado sob relações fundadas na precarização e exploração do trabalho infantil, conforme lembra Marin (2018).

O casamento é também um capítulo especial de sua história. Cansada dos maus tratos da mãe, aos 16 anos Rosa resolveu “fugir” com um homem para tentar uma vida melhor. Ele tinha 35 anos de idade. Rosa foi morar com a família do marido. Um tempo depois, quando estava grávida, Rosa ficou sabendo que sua mãe também estava grávida de seu marido. Ela se separou e forçou o marido a ir viver com a mãe dela, pois a mãe precisava de mais apoio, com várias crianças pequenas e agora grávida. A mãe e o marido de Rosa viveram juntos durante muitos anos e a mãe teve três filhos com ele. Não é à toa, portanto, que Rosa fale com dor sobre a trajetória de sua mãe, que além disso era alcoolista, teve vários parceiros sexuais e filhos com diferentes pais, alguns filhos inclusive de pai desconhecido.

O casamento para as mulheres pobres consiste em rota de fuga, não apenas de maus tratos, mas também do papel que lhes é designado desde muito jovens - cuidadoras de irmãos mais novos e

responsáveis por afazeres domésticos. Deste modo, o homem, principalmente quando mais velho, é visto como fonte de segurança, alguém que pode lhes oferecer estabilidade, prover seu sustento econômico e assegurar a possibilidade de cuidarem de sua própria casa e filhos (TAVARES, 2010). A união é, portanto, forjada sob bases utilitário-pragmáticas e, sem o ethos do amor romântico que enleia os casais de classe média, desfaz-se sem grande comoção e alarido (SALEM, 1981; QUINTAS, 1986).

Depois de muitas adversidades ao longo da sua infância e adolescência e depois da tragédia da morte de seu primeiro filho, com 8 anos de idade, por causas desconhecidas, Rosa resolveu deixar a comunidade ribeirinha e se mudar para Belém e “trabalhar em casa de família”. Em Belém, o trabalho doméstico “em casas de família” foi marcado por jornadas extensas, sem salários, e pelo temor da violência sexual por parte dos homens que habitavam a casa. Esse temor era ainda acompanhado por outro: o medo de ficar grávida. Angela Figueiredo (2011, p. 92), ao refletir sobre as condições do trabalho doméstico em Salvador, argumenta que:

A maioria das trajetórias narradas pelas trabalhadoras mostra que elas tiveram o afeto familiar negado, o acesso à escola impossibilitado, a infância negligenciada e explorada pelo trabalho infantil doméstico e o direito à cidadania não assegurado pelo Estado. Acrescenta-se a este conjunto de elementos, a pertença étnicorracial da maior parte das trabalhadoras domésticas e as representações sobre os corpos das mulheres negras, sempre associados ao servir.

A autora, reportando-se às reflexões de Lélia Gonzalez (1984) sobre o racismo e sexismo à brasileira, observa que nossa cultura erigiu representações sobre as mulheres negras centradas na submissão, docilidade e erotização exacerbada, que se materializam através de três modelos ilustrativos: a mãe-preta, a mulata e a trabalhadora doméstica. Em suma, os corpos das mulheres são propícios para servir e, no caso das trabalhadoras domésticas, Gonzalez (1984, p. 234)

“complementa o que a gente já sabe sobre a vida sexual da rapaziada branca até não faz muito: iniciação e prática com as crioulas”, ou seja, as trabalhadoras domésticas são consideradas objetos sexuais dos quais alguns patrões – de pais a filhos se utilizam para satisfazer sua lascívia.

Com efeito, entre as trabalhadoras domésticas entrevistadas por Figueiredo (2011), os relatos sobre assédio sexual cometidos por patrões são frequentes⁸, ao mesmo tempo em que revelam o receio de contarem à patroa e perderem o emprego e a amizade. Afinal, conforme destaca a autora, a socialização distinta entre os gêneros faz com que o trabalho doméstico seja concebido como destino natural das mulheres negras e pobres, pois a maioria possui baixa escolaridade, não possui qualificação profissional, restando apenas os afazeres domésticos aprendidos em casa, juntamente com os cuidados com a família e irmãos mais novos, especificidade que não se pode ignorar quando o trabalho doméstico é comparado com outras categorias profissionais.

Certo tempo depois de viver em Belém, Rosa “arranjou um senhor” com quem teve seis filhos. Sair da casa dos patrões e ter sua própria casa foi um momento de conquista. Esse “senhor” tinha outra família e não reconheceu a paternidade dos filhos de Rosa. Por um período, Rosa parou de trabalhar como doméstica (“ele me dava as coisas; não queria que eu trabalhasse e ele tinha muito ciúme de mim”). Os filhos foram posteriormente registrados por Rosa no nome do pai sem o consentimento dele. Esta relação durou até que esse “senhor” perdeu a capacidade de trabalhar e manter a família de Rosa:

⁸ Ver, também, Franco (2018), cujas entrevistas com trabalhadoras rurais baianas convergem com os achados de Figueiredo (2011), mas também com a trajetória da própria Rosa, isto é, o trabalho na roça desde tenra idade, a baixa escolaridade ou analfabetismo que, aliado à extrema pobreza e falta de oportunidades, resultam na migração para a capital em busca de melhores condições de vida, no trabalho doméstico como forma de sustento, mas também, vulnerabilidade e exposição a assédio sexual e até mesmo estupro de patrões.

“quando chegou numa certa idade ele perdeu a visão e não podia mais trabalhar pra me dar nada”. Rosa se viu sozinha, grávida, com cinco filhos e sem amparo do pai das crianças. Voltou a trabalhar lavando roupas, viveu de favor na casa de um amigo e depois construiu um quartinho para ela e as crianças em uma área ocupada. Saiu do aluguel e “aí tudo melhorou”. Mais um momento de conquista.

Azeredo (2010) pontua que independente do gênero, assumir sozinho a responsabilidade pela família se torna um fardo pesado, uma vez que não há com quem dividir responsabilidades e ônus, o que, por sua vez, se reverte em maior vulnerabilidade. Para mulheres como Rosa, entretanto, as condições de vulnerabilidade aumentaram, pois, tinha filhos pequenos, estava grávida e não possuía autonomia pessoal e econômica. Neste sentido, as redes de solidariedade formadas por vizinhos e amigos foram fundamentais para que essa encontrasse alternativas, enfrentasse as privações vivenciadas e conseguisse superá-las, seja por meio da reinserção no mercado informal, como lavadeira, seja através da construção de um quarto para se abrigar com os filhos, o que se configura como uma conquista própria.

Rosa novamente se vale dessa rede de solidariedade que se alimenta através da troca de pequenos favores para ter acesso a serviços de saúde, tratamento fisioterápico após sofrer um atropelamento. Nessa rede que funciona através de um sistema de trocas, os vizinhos compartilham com Rosa alimentos, ela prepara almoço e leva para as funcionárias da clínica que, por sua vez, permitem que Rosa utilize os aparelhos e faça os exercícios de recuperação no intervalo do almoço, quando não havia clientes. Em resumo, Rosa ensaia o princípio comum da dádiva maussiana que rege as trocas: a obrigação de dar, sob a certeza de receber e, por conseguinte, retribuir (MAUSS, 2013).

No momento da entrevista, Rosa vivia com uma neta cujo pai estava em liberdade condicional. Sobre esse filho, a história de Rosa ilustra a preocupação dessas mulheres com a violência urbana e a

violência policial. Rosa foi chantageada pelo policial que prendeu seu filho e lhe ofereceu a possibilidade de deixá-lo em liberdade, mediante pagamento de propina. Segundo Rosa, sua experiência lhe mostrara que este caminho não teria fim e que só adiaría os problemas do filho. Com sua recusa de pagar propina ao policial, seu filho foi preso, julgado e condenado a 7 anos de prisão. No momento da entrevista o filho estava livre e procurando trabalho, o que se tornou mais difícil de conseguir após o histórico prisional. Segundo Rosa, há policiais que extorquem muitas mulheres cujos filhos estão envolvidos com drogas e elas se veem forçadas a usar o benefício do programa para pagar os subornos policiais. Ela conseguiu lidar com a situação sem entrar nessa trama de corrupção policial.

De acordo com Telles e Hirata (2010), na periferia dos centros urbanos é usual encontrar homens e mulheres que trabalham durante o dia, seja de forma precária ou mesmo informal e, à noite ou finais de semana, para complementarem a renda, recorrem a algum tipo de “viração”, isto é, realizam de modo costumeiro ou episódico atividades que vão desde enrolar papelotes de cocaína para venda, comercializar CDs piratas e outros produtos de origem duvidosa. Tais atividades, cuja fronteira entre o legal e o ilegal se revelam tênues, são consideradas pelos moradores das comunidades parte da economia local e asseguram o sustento das famílias em situação de pobreza. Todavia, ressaltam os autores:

Transversal a tudo isso, o pesado jogo da extorsão policial, sempre no fio da navalha, no limiar de desacertos violentos acionados por algum curtocircuito [sic] sempre prestes a explodir em algum ponto dessas redes superpostas e embaralhadas nas fronteiras incertas entre o informal, o ilegal e o ilícito (TELLES; HIRATA, 2010, p. 52).

Rosa contou sua história construindo uma narrativa que exhibe constrangimentos decorrentes de sua condição generificada, racializada e estratificada. No entanto, sua narrativa é atravessada

também pelas decisões que ela tomou, localizando os vários momentos de ruptura ou de bifurcação biográfica, nos termos de Bernard Lahire (2004). Como resultado, Rosa relata sua história de uma perspectiva que combina o que Patrícia H. Collins (2016) chamou de autoavaliação e autodefinição. Por isso, tomamos a narrativa de Rosa como uma ilustração emblemática da combinação entre existencialismo e reflexividade: o que eu faço com aquilo que a sociedade fez de mim? A busca de si é uma resposta cotidiana a essa indagação.

Considerações finais

A busca de si: diálogos sobre o sujeito, é um livro produzido a partir de conversas entre Touraine e Farhad Khosrokhavar no qual eles discutem o que consideram as ideias principais da teoria de Touraine para o que chamamos de sociologia do sujeito. Conforme sintetiza Khosrokhavar (TOURAINÉ e KHOSROKHAVAR, 2004, p. 16), “o sujeito não tem mais a segurança do ator social, que se erigia em oposição a tudo o que formasse a trama de fundo do social”. “Entregue a si mesmo, o sujeito está exposto a esse desmoronar interior que passa a rondá-lo se ele não tiver um constante poder de reação que o faça escapar de uma dominação cada vez mais anônima e insidiosa” (TOURAINÉ e KHOSROKHAVAR, 2004, p. 17). Essa visão é coerente com o chamamento que Collins (2016) nos faz quando invoca que devemos compreender como os indivíduos se constituem como sujeito, dado que não é uma condição natural alçar o status de sujeito. Essa agenda política e científica converge, ainda, com certa literatura feminista incomodada com a constante busca apenas pela subordinação. Se insistimos em enxergar apenas a subordinação ou a vitimização, não teremos lentes para captar processos de autonomização. Encontramos essa crítica a algumas vertentes do feminismo, por exemplo, em Elizabeth Badinter (2005). No livro *O mundo das mulheres*, Touraine (2007) desenvolve a tese de que as transformações sociais mais profundas ocorridas no Ocidente no século XX envolvem as mudanças protagonizadas pelas mulheres e

que essas são, portanto, o grupo chave para a constituição da própria noção de sujeito contemporâneo. A tese de que “já estamos em um mundo feminino” (TOURAINÉ, 2007) revela todo seu sentido quando nos aproximamos da vida cotidiana, a exemplo das experiências das mulheres em situação de pobreza. Nesse mundo, as mulheres driblam, inventam e reinventam alternativas capazes de construir respostas às necessidades e interesses pessoais, familiares e comunitários. É por esta lente que interpretamos a biografia de Rosa.

A narrativa de Rosa contém fortes dimensões de sua agência, ainda que seja atravessada, como não poderia deixar de ser, por suas relações conflituosas com a mãe, tias, patroas, filhos e homens. A comunidade figura como uma das fontes de apoio onde se organiza um sistema de solidariedade feminina. Essa rede de solidariedade fundada na interdependência construída entre mulheres é um suporte fundamental para pessoas das camadas populares. A história de Rosa é repleta de constrangimentos, de agência e de reflexividade. No entanto, sua agência não envolve um repertório autocentrado; é uma agência contextualizada e, enquanto tal, transcorre em meio às restrições sociais. Rosa não perde de vista o peso das estruturas sociais sobre sua biografia; ela identifica o peso das tradições culturais, o peso da estrutura de classes e dos padrões de gênero; fatores culturais e econômicos se interconectam tanto na configuração das barreiras como das oportunidades encontradas por Rosa.

Ao nos referirmos a uma agência contextualizada, consideramos as proposições tanto das teorias feministas quanto das teorias sociológicas. Assim, recorreremos àquelas contribuições que revisaram a noção de sujeito e que reconheceram as suas multiplicidades e as diversas formas de subordinação (HARAWAY, 2004; COLLINS, 2019; TOURRAINE, 2004; LAHIRE, 2004). Além disso, recorreremos também às teorias que compreendem a agência enquanto possibilidades reais do sujeito fazer valer seus desejos e vontades, isto é, de exercer poder (ARCHER, 2000; GIDDENS, 2009). Essas questões nos inserem no debate sobre as possibilidades de autonomia feminina

em contexto de privação de recursos, sejam eles materiais ou simbólicos.

Trajetórias como as de Rosa são sociologicamente relevantes para tratar do tema da autonomia porque nos possibilitam visualizar, como argumenta Lahire (2005), o “social individualizado”, isto é, quando as estruturas e os padrões culturais se corporificam e se materializam nas relações intra-individuais. Por outro lado, ela nos mostra também como esses indivíduos, através da reflexividade, respondem aos poderes estruturais e culturais. Entre as estruturas de oportunidades e os padrões culturais disponíveis a uma mulher pobre e negra do Norte do Brasil, observamos processos de reflexividade que revelam sua capacidade de agência e a construção de uma autonomia, que, embora cerceada, se constitui como elemento fundamental para compreensão das trajetórias de vida. Olhando para histórias como esta, podemos melhor compreender como os indivíduos se constituem como sujeitos, isto é, como as mulheres se autoavaliam e autodefinem como sujeitos.

Bibliografia

- ARCHER, Margaret S. Realismo e o problema da agência. *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 6, p. 51-75, 2000.
- AZEREDO, Verônica Gonçalves. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 103, pág. 576-590, setembro de 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282010000300009>.
- BADINTER, Elizabeth. *Rumo equivocado: alguns destinos do feminismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BAYÓN, María Cristina. Hacia una sociología de la pobreza: la relevancia de las dimensiones culturales. *Estudios Sociológicos*, v. XXXI, n. 91, p. 87-112, 2013.
- BIROLI, Flávia. Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia.

Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 9, p. 7-38, set./dez. 2012.

BRASIL. Presidência da República. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2013.

CARNEIRO, Maria José. Ajuda e trabalho: a subordinação da mulher no campo. V *Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Trabalho apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho "A Mulher na Força de Trabalho". Friburgo, 21 a 23 de outubro de 1981.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*. Tradução Jamille Pinheiros Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

FIGUEIREDO, Angela. Condições e contradições do trabalho doméstico em Salvador. In: MORI, Natalia et al (Orgs.). *Tensões e experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador*. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, 2011. p. 89-131

FONSECA, Ana Maria Medeiros; ROQUETE, Claudio. Proteção Social e Programas de Transferência de Renda: Bolsa-Família. In: MONTALI, Lilia (Org.). *Cadernos de Pesquisa do NEPP: Proteção social e transferência de renda, edição especial em homenagem à Ana Fonseca*. N. 86. Campinas: Unicamp; NEPP, 2018. p. 9-31.

FRANCO, Maria Asenate Conceição. *Será o homem a cumeeira da casa? Ou sou dona do meu próprio nariz? Violência contra mulheres rurais na Bahia*. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

GIDDENS, A. *A constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.

- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DPeA, 2006.
- HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.
- hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, p. 193-210, 2015.
- hooks, bell. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.
- KAGEYAMA; Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.
- LAHIRE, Bernard. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, problemas e práticas*, Oeiras, n. 49, p. 11-42, set. 2005.
- LAHIRE, Bernard. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e Didier Martin. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- MARIANO, Silvana Aparecida. Estrategias de las usuarias de la asistencia social: una lectura relacional en torno de las relaciones de poder. *Estudios Sociológicos*, v. XXXI, p. 141-166, 2013.
- MARIANO, Silvana. Cidadania na perspectiva das mulheres pobres e papéis de gênero no acesso a políticas assistenciais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 2, p. 119, 2009.
- MARIANO, Silvana Aparecida. Modernidade e crítica da modernidade: a Sociologia e alguns desafios feministas às categorias de análise. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 30, p. 345-372, 2008.
- MARIN, Joel Orlando Bevilacqua. Infância rural e trabalho infantil: concepções em contexto de mudanças. *Desidades*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 46-58, dez. 2018.

- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dívida*. São Paulo: Cosac & Naify, 2013. (Coleção Portátil 25).
- NUSSBAUM, Martha C. *Las mujeres y el desarrollo humano*. 2. ed. Spain: Herder, 2002.
- PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório do Desenvolvimento Humano 2010 (RDH 2010). *A Verdadeira Riqueza das Nações: vias para o Desenvolvimento Humano*. New York: PNUD, 2010.
- QUINTAS, Fátima. *Sexo e marginalidade: um estudo sobre a sexualidade feminina em camadas de baixa renda*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SACCHET, Teresa; MARIANO, Silvana; CARLOTO, Cássia Maria. BOLSA FAMÍLIA. *Women, Gender and Conditional Cash Transfers: Interdisciplinary Perspectives from Studies of Bolsa Família*, 2020.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, Felícia Reicher. *Quem mandou nascer mulher? estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997. p.137-211.
- SALEM, Tania. Mulheres faveladas: “Com a venda nos olhos”. In: CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; FRANCHETTO, Bruna; HEILBORN, Maria Luiza (Orgs.). *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 49-99.
- SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Tradução e apresentação de Ricardo Doninelli Mendes. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SMALL, Mario Luis; HARDING, David J.; LAMONT, Michèle. Reavaliando cultura e pobreza. Tradução de Markus Hediger. *Sociologia & Antropologia*, ano 1, v. 2, p. 91-118, 2011. <https://doi.org/10.1590/2238-38752011v125>.
- SOARES, Vera. Mulher, autonomia e trabalho. *Autonomia e empoderamento da mulher*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.
- TAVARES, Márcia Santana. Com açúcar e sem afeto: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares em Aracaju/SE. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 101, p. 121-145, mar. 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282010000100007>.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 39-59, dez. 2010.

TOURAINÉ, Alain. *Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TOURAINÉ, Alain. *O mundo das mulheres*. Petrópolis: Vozes, 2007.

TOURAINÉ, Alain; KHOSROKHAVAR, Farhad. *A busca de si: diálogo sobre o sujeito*. Bertrand Brasil, 2004.

UNDP. *Human Development Report. Gender and Development*. New York: UNDP, 1995